

Conflitos armados e perspectivas de paz no período pós-guerra fria na América Latina

Antonio Carlos Amador Gil¹ - UFES

Um dos pontos mais fundamentais para os zapatistas é a questão da autonomia. As negociações chegaram, em certo momento, a um impasse. O EZLN reivindicava que o governo demonstrasse disposição para o diálogo libertando todos os presos políticos, retirando o exército mexicano das posições assinaladas pelo EZLN, desmilitarizando todas as regiões indígenas do país e promovendo reformas constitucionais propostas pela COCOPA – “Comisión de Concórdia y Pacificación”. A partir do fracasso das negociações com o governo, os zapatistas têm lutado pelo seu direito à livre determinação, pelo direito à autonomia.

A relação entre governantes e governados nos municípios autônomos zapatistas é regida por um alto grau de transparência no exercício do governo, porque os que assumem rotativamente a representação cidadã têm a obrigação de exercer o seu mandato com a consulta permanente de seus representados. Eles devem “mandar obedecendo”, ou seja, suas ações devem ser guiadas pela decisão de todos que, reunidos em assembléias, definem os caminhos da administração e da política. Os que não seguirem estes procedimentos deixam de ter o poder. Estabelece-se, então, uma nova relação onde há a possibilidade de revogação do mandato. Consideramos que estas propostas políticas dos zapatistas estão fortemente carregadas de um hibridismo político e cultural. O imaginário político zapatista é profundamente marcado por uma forte visão de mundo indígena, e suas propostas políticas, como o “mandar obedecendo”, ultrapassam os limites da Selva Lacandona e permitem a discussão do sistema representativo, da autonomia, da democracia e da participação política na sociedade latino-americana atual.

Os zapatistas tentam construir uma humanidade e um sujeito emancipado e libertário, um poder popular profundamente democrático e participativo, sem vanguardas, em que a capacidade de decidir e se autodeterminar tem como único eixo a dignidade do ser humano em comunidade. Com uma linguagem profundamente metafórica, os zapatistas tentam romper com a atomização social e a mediação mercantil das relações humanas para começar a construir a possibilidade de novas formas de entender e expressar a soberania popular.

Estas reivindicações do movimento zapatista no âmbito da política podem ser consideradas revolucionárias? Ao não colocar como objetivo estratégico a tomada do poder, podemos afirmar que suas pretensões políticas limitam-se a obter algumas reformas dentro do próprio sistema? Para Carlos Antonio Aguirre Rojas, estas reivindicações podem parecer,

à primeira vista, pouco radicais mas se pensarmos que estas demandas são totalmente incompatíveis com as políticas neoliberais, tais reivindicações se tornam completa e absolutamente subversivas e profundamente revolucionárias².

Em termos estratégicos, o exército revolucionário não tem como objetivo aniquilar as forças das classes dominantes. O movimento zapatista na sua vertente militar através do EZLN parece estabelecer uma nova função estratégica para a violência armada, utilizando-a como uma forma de forçar o diálogo com o governo. Esta estratégia de não-violência armada usa a imagem inversa do “guerrilheiro heróico” encarnada por Che Guevara³.

Muitos elementos podem nos ajudar a tentar entender este caminho do EZLN. Certamente a indianização do movimento foi um fator importante. A histórica marcha de 12 de janeiro de 1994 demonstrou aos revolucionários que a sociedade civil era uma aliada, mas se recusava a se comprometer com a via insurrecional. Não podemos deixar de levar em conta a falência da maioria das referências revolucionárias externas, ainda mais num contexto posterior ao fim da guerra fria. Além disso, quanto ao aspecto político-militar, a sua força, incluindo a força militar, é sobretudo simbólica. O governo mexicano desde o surgimento do exército zapatista tem evitado uma confrontação direta com o movimento, e apesar das tentativas de diálogo e das mesas de negociação, o governo tem aumentado os efetivos militares no Estado de Chiapas e tem incentivado o surgimento de diversas forças paramilitares. A violência contra os indígenas tem aumentado consideravelmente.

Outro ponto que merece destaque no movimento zapatista é a operacionalização da identidade nacional mexicana num contexto de grande multiplicidade étnica e conjuntura desfavorável à ação autônoma nacional. Desde a independência, o Estado Mexicano procurou construir e consolidar um projeto de identidade nacional. A partir da grande pluralidade étnica existente no interior do Estado mexicano, os governos pós-independência tentaram implementar uma política de integração ou, melhor dizendo, de homogeneização cultural. Este processo se acelerou após a Revolução de 1910 quando o Estado desenhou uma ampla política indigenista baseada nas idéias de integração nacional e uniformidade cultural.

O Estado, portanto, usando meios coercitivos buscou criar um conjunto de representações e modificar diversas características existentes na sociedade mexicana para que se encaixassem no modelo de desenvolvimento delineado e proposto. Esta política de integração desenhada pelo Estado foi respaldada por uma série de instituições que passaram a tratar das questões indígenas e a administrar a política indigenista estatal que privilegiava a mestiçagem como elemento definidor da história do México. Além disso, a

história política mexicana é marcada por uma estrutura autoritária e persecutória dos movimentos sociais. Desde a revolução mexicana em 1910, o governo mexicano se estrutura com o apoio de um partido que hegemonizou a vida política até a eleição de Vicente Fox no ano de 2000.

A conjuntura mundial é extremamente favorável aos interesses dos grandes conglomerados econômicos e ao grande capital, os principais beneficiados com a criação do Tratado de Livre Comércio - TLCAN ou NAFTA. Os acordos internacionais de comércio e os mecanismos de negociação da dívida externa visam legalizar o desmonte de cadeias econômicas internas e enfraquecer as “antigas” e “inconvenientes” referências de legitimação: o Estado e a identidade nacional.

O Estado mexicano, como qualquer outro Estado, utiliza de mediações para encobrir a coerção. Dentre as mediações utilizadas podemos citar a operacionalização do sentimento de identidade nacional e da cidadania. Ora, como o Estado atual pode manter os mecanismos de consenso se estas referências de legitimação têm sido enfraquecidas paulatinamente? Percebemos que nos tempos atuais, o uso da força tem se tornado um recurso de gestão cotidiana⁴. Muitos autores se referem às guerras atuais como “novas guerras”. Para Mary Kaldor, as novas guerras se desenvolvem num contexto de globalização, cujos autores são uma variedade de grupos tais como unidades paramilitares, forças policiais, grupos mercenários e também exércitos regulares. Os conflitos internacionais contemporâneos podem ser classificados como conflitos sociointernacionais⁵. A guerra é um recurso cada vez mais utilizado. No México, por exemplo, vemos um processo de consolidação de uma guerra de desgaste, apesar das afirmações de Fox de que a guerra é uma coisa do passado⁶. Ora, o discurso de Vicente Fox é profundamente ideológico. Quer esconder o estado de beligerância, a situação de guerra contínua e de coerção em que vivem as populações indígenas de Chiapas. Paulina Fernández Christlieb aponta em seu artigo que a negativa do Estado Mexicano em garantir constitucionalmente os direitos dos povos indígenas está ligada aos interesses das corporações transnacionais. Além disso, constata que o governo federal, mantém, apesar de negar, uma guerra de baixa intensidade⁷ contra as forças zapatistas e as comunidades que as apóiam⁸.

Paulina Fernández demonstra o estreito vínculo que há entre militarização e paramilitarização nas regiões que se tornam ou são potencialmente estratégicas para a expansão do livre fluxo de capitais. Ela descreve o processo de assentamento e distribuição dos postos militares, policiais e paramilitares em diversas regiões de Chiapas⁹. Isto demonstra que a realização do capital hoje passa por um processo de valorização de territórios. A fase atual do capitalismo se estrutura através de um processo de ampla conquista de territórios e recursos naturais. Concordamos com Rhina Roux quando afirma

que a realização do capital passa também pela fixação do processo de valorização num território. Requer a “tomada da terra”, a ocupação de territórios, o despojo dos recursos naturais e a ordenação política do espaço. O militarismo e o paramilitarismo se desenvolvem em função desta atual etapa de expansão do capital, visto que a região sul do México e os países da América Central têm uma importância muito grande como fornecedores de mão de obra barata para as montadoras e de recursos naturais, principalmente os relacionados à biodiversidade. No caso de Chiapas, certamente a pressão dos interesses econômicos sobre a região tem impedido um acordo entre o governo e as comunidades indígenas.

Podemos constatar no México o aumento da máquina repressiva. De um total de 520 ações militares e de controle, observadas durante os anos de 1998 e 1999, 90 se concentraram no sul do país, e somente em Chiapas se calculava que o exército concentrava contra o zapatismo entre 50 e 60 mil efetivos (30% do total). Nesse mesmo período 313 ativistas sociais foram assassinados¹⁰. Este ambiente violento demonstra que uma guerra está em curso. Uma guerra com características muito específicas que podemos definir como uma guerra de contra-insurgência. Esta modalidade de guerra foi bastante aprimorada pelas forças militares norte-americanas a partir da derrota no Vietnã. Em vez de privilegiar uma intervenção militar direta norte-americana, seus assessores passaram a treinar as forças repressivas dos diversos Estados latino-americanos para adotar “medidas militares, paramilitares, políticas, econômicas, psicológicas e cívicas para derrotar a insurgência”¹¹.

A estratégia de contra-insurgência pode ser vista em Chiapas a partir da instauração de diversos corpos militares destinados a combater as forças do EZLN e, principalmente, vigiar as regiões com recursos naturais estratégicos e a partir da formação de diversos grupos paramilitares que têm como um de seus principais objetivos a destruição das comunidades de apoio ao EZLN. Estes grupos paramilitares, como demonstra Paulina Fernández, são estimulados pelos governos federal e estaduais, uma vez que evitam que as forças armadas façam o trabalho sujo. O exército federal organizou, forneceu armas e treinou diversos grupos paramilitares na região.

Uma das conseqüências mais evidentes do curso desta guerra é a enorme quantidade de pessoas, grupos e comunidades expulsas de suas terras em Chiapas. A ação dos grupos militares e, principalmente, paramilitares foi responsável pelo deslocamento forçado para as montanhas ou para a Selva de inúmeros apoiadores dos zapatistas existentes na população civil da região. Estas ações visam desestruturar sua relação com a terra, elemento vital para a cultura indígena e minar o apoio ao EZLN.

O massacre de Acteal em 1997 foi emblemático. No dia 22 de dezembro de

1997, um grupo paramilitar invadiu Acteal e iniciou uma matança contra os membros da Sociedade Civil *Las Abejas* e simpatizantes do EZLN. Quarenta e cinco membros desta sociedade foram mortos barbaramente enquanto rezavam numa igreja, mulheres e crianças em sua maioria. Christine Kovic relata que a Sociedade Civil *Las Abejas* era uma associação criada desde 1992 e lutava por justiça através da pregação da não-violência. *Las Abejas* é uma sociedade católica que luta pela paz pregando a liberação através da erradicação da opressão e dominação e a reconciliação através da restauração da dignidade rejeitando, porém, a violência, a vingança e o ódio¹². Ora, se *Las Abejas* não estava ligada aos zapatistas, por que houve o massacre? Vicente Ruiz, um dos membros de *Las Abejas*, entrevistado pela antropóloga Christine Kovic, explica que a proposta de *Las Abejas* é a mesma do EZLN, mas com caminhos diferentes. Ele afirma que os zapatistas são seus irmãos e a resistência não violenta de *Las Abejas* é um dos pés da sociedade que não nega a validade do caminho do EZLN, sugerindo que a sociedade precisa de ambos os caminhos assim como se precisa de dois pés para caminhar. Diz também que o principal inimigo é o governo e as autoridades que organizam os paramilitares¹³.

Governo e paramilitares certamente consideram a sociedade de *Las Abejas* uma ameaça, não só porque os vêem como aliados dos zapatistas, mas porque, como ressalta Christine Kovic, o caminho adotado pela sociedade oferece uma opção diferenciada que confronta a crescente militarização e polarização na região, além de enfraquecer a posição do governo. É muito difícil para o governo negar as demandas de um grupo que prega a não-violência, e ainda é mais difícil justificar o uso da repressão e da violência contra um movimento desta natureza¹⁴.

Há ainda outro fator em jogo: a questão da autonomia. Acteal era uma das comunidades que fazia parte de um dos municípios autônomos criados pelos zapatistas. Acteal estava a vinte cinco minutos a pé da sede do Conselho Autônomo de Polhó¹⁵ e este atentado mostra que a experiência de autonomia não seria aceita facilmente pelos grupos poderosos locais e instituições governamentais.

O número de expulsões de camponeses indígenas continuou a aumentar. Paulina Fernández cita a pesquisa de Hidalgo e Castro que estima que, desde 1995 até novembro de 1998, havia um número aproximado de 21.159 indígenas expulsos de suas terras em Chiapas¹⁶.

A guerra de contra-insurgência, como se vê, está efetivamente acontecendo, e a coerção dos povos indígenas continua apesar da dissimulação do governo. Tanto a suspensão das negociações após os acordos de San Andrés, quanto a proposta de solução da crise da COCOPA (Comisión de Concórdia y Pacificación) não aceita pelo governo, a

reforma constitucional aprovada em abril de 2001 e rechaçada pelo CCRI-CG do EZLN¹⁷ e o Plan Puebla-Panamá¹⁸, fazem com que o movimento zapatista opte, depois de um período de silêncio e organização, pela criação de suas próprias opções, independente das instituições oficiais, radicalizando a proposta de autonomia. As juntas de bom governo criadas em meados de 2003 têm como alguns de seus objetivos cuidar do desenvolvimento equânime dos municípios autônomos e comunidades, intermediar os conflitos que possam surgir, e supervisionar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, estejam em vigor nos municípios zapatistas¹⁹.

A frustrada reforma constitucional demonstra que os setores dominantes do México não querem renunciar ao poder e controle que exercem sobre os indígenas e trabalhadores. A aceitação constitucional da autonomia indígena defendida pelos zapatistas significaria romper com as políticas clientelistas e paternalistas governamentais, além de impor mecanismos que permitiriam um controle popular e democrático das riquezas e recursos naturais do México, o que certamente não agrada ao governo mexicano, às elites econômicas e ao governo norte-americano²⁰.

O exercício da autonomia, como preconizado pelos zapatistas, permite romper com os esquemas de coerção impostos historicamente e fortalece a resistência contra a violência imposta pela guerra de contra-insurgência através de seus diversos mecanismos como a ação da imprensa controlada, dos militares e paramilitares e dos grupos políticos governistas na região.

Retomando a questão da operacionalização do sentimento de identidade nacional, a região da Selva Lacandona é povoada por diversas etnias indígenas, a maioria de origem maia. Ao contrário de diversos movimentos nacionalistas europeus e asiáticos, o movimento zapatista no México nunca apregoou um separatismo maia, ou seja, a formação de uma nação que se assentasse numa base étnica. Os índios raramente apelam à sua qualidade de Maias. Os zapatistas querem-se resolutamente mexicanos, indígenas mexicanos. A questão indígena é para eles uma questão nacional central, concebida numa perspectiva de integração que não seja assimilação. O movimento se destaca por procurar combinar o comunitário e o nacional, assim como a indianidade e a mexicanidade. O movimento reivindica um pluralismo étnico que se daria a partir da afirmação do caráter multicultural da nação²¹.

Sua luta é também contra o modelo de identidade imposto com a construção do Estado Mexicano. Desde a independência, o Estado mexicano tentou construir uma nação uniforme nos campos cultural e lingüístico. Os rebeldes querem que seja reconhecido na prática o caráter multicultural da nação e, para isso, lutam para substituir o modelo

esmagador da “nação asteca” imposto desde a construção do Estado. Ao quererem ser reconhecidos em sua identidade e sua subjetividade não querem ser integrados numa democracia formal. Almejam construir uma democracia plural em que possam conciliar democracia e práticas comunitárias, democracia direta e eleição de representantes, participação e representação, igualdade e identidade²². O movimento carrega em si, portanto, uma forte contestação à democracia ocidental na forma como hoje ela é exercida, questão cuja atualidade e projeção são mais do que evidentes.

Numa época em que os movimentos de afirmação das identidades nacionais e étnicas se exprimem muitas vezes nos “recuos de identidade”, ou melhor dizendo, na fragmentação política e social, o zapatismo aparece como uma das tentativas mais significativas e mais fortes para combinar identidades junto com a democracia, ou seja reafirma o caráter multicultural da nação mexicana.

Rhina Roux diz que a luta contra o capital é uma confrontação política que, para ser efetiva, deve realizar-se com meios políticos. Estamos falando de uma luta para construir novas regras de organização da vida social e fortalecer o relativo ao espaço público. A luta contra o novo poder incontrolável do capital global não passa por uma negação da política, mas sim por uma recuperação da política, olhando, por exemplo, as múltiplas formas que adota a política autônoma das classes subalternas²³. As alternativas que se constroem hoje, as lutas anti-sistêmicas, devem levar em conta os meios políticos. Como afirma Bauman, devemos ultrapassar os mecanismos contemporâneos que estimulam a passividade e fazer uma recuperação da política. A construção da paz não implica somente que não haja guerra nem violência direta, como afirma Raúl Romeva i Rueda, é preciso eliminar toda forma de violência, a direta, a cultural e a estrutural²⁴. O reconhecimento constitucional dos processos de autonomia indígena no México, o fim da ação dos grupos paramilitares e a reformulação do papel das forças armadas podem constituir os primeiros passos para a paz e de um novo projeto nacional que englobe a todos os mexicanos, numa perspectiva igualitária e multicultural.

NOTAS

¹ Doutor em História, Professor de História da América na Universidade Federal do Espírito Santo. Home Page: <http://tomgil.cjb.net> E-mail: tomgil01@gmail.com

² AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. Chiapas, América Latina e o sistema-mundo capitalista. In: AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: História e Presente**. Tradução de Jurandir Malerba. Campinas, SP: Papyrus, 2004, p.164.

³ Cf. LE BOT, Yvon. **sonho zapatista**. Tradução de Pedro Baptista. Porto: Edições ASA, 1997, p.16.

⁴ LÓPEZ MONJARDIN, Adriana. **El neoliberalismo: de la hegemonía al marketing**. ALAI, América

Latina en Movimiento, 17/6/2003.

⁵ ROMEVA i RUEDA, Raül. **Guerra, Posguerra y paz. Pautas para el análisis y la intervención en contextos pósbélicos o postacuerdo.** Barcelona: Icaria Editorial, 2003, p.36 e 37.

⁶ ELVIRA VARGAS, Rosa. Fox: hoy en Chiapas, ni abandono ni represión. **La Jornada**, 13 de Janeiro de 2005.

⁷ Preferimos o uso do termo “guerra de desgaste” visto que os conceitos de “guerra de baixa intensidade” ou “guerra psicológica minimizam seus efeitos destrutivos sobre a população afetada. Cf. LÓPEZ y RIVAS, Gilberto. Contrainsurgencia y paramilitarismo em Chiapas en el gobierno de Vicente Fox. **Chiapas**, n.15, 2003, p.97.

⁸ CHRISTLIEB, Paulina Fernández. El EZLN y la GBI en Chiapas: Derechos indígenas contra corporaciones transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales.** México: División de Estudios de Posgrado de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la UNAM, ano XLVI, n. 188-189, maio-dezembro de 2003, p. 213.

⁹ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.215.

¹⁰ P. Ameglio Patella e M. Fracchia Figueiredo. El costo humano de la guerra de extermínio selectivo en Mexico: 1994-1999. Cuaderno de reflexión y acción no-violenta, n.3, México DF, 1999 apud FIGUEROA IBARRA, Carlos. **Violencia, neoliberalismo y protesta popular en América Latina**, p. 10.

¹¹ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.220.

¹² KOVIC, Christine. The struggle for liberation and reconciliation in Chiapas, Mexico. Las Abejas and the Path of Nonviolent Resistance. **Latin American Perspectives**, v.30, n.3, maio 2003, p.58.

¹³ Cf. KOVIC, Christine, op. cit., p.68.

¹⁴ Cf. KOVIC, Christine, op. cit., p.70.

¹⁵ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.230.

¹⁶ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.233.

¹⁷ O comunicado afirma que dita reforma é uma traição aos acordos de San Andrés e à iniciativa da COCOPA visto que não garante, dentre outras coisas, a autonomia e a livre determinação e uso e desfrute dos recursos naturais. Cf. CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.247.

¹⁸ O Plano Puebla Panamá é um enorme projeto de construção de infraestrutura planejado para agradar às grandes empresas, numa área que compreende 9 estados do sul e sudeste mexicano e os 7 países centro-americanos.

¹⁹ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.253.

²⁰ CHRISTLIEB, Paulina Fernández, op. cit., p.257 e 258.

²¹ Cf. LE BOT, Yvon, op. cit., p.62.

²² Cf. LE BOT, Yvon, op. cit., p.64.

²³ ROUX, Rhina. **Dominación, insubordinación y política. Cambiar el mundo sin tomar el poder. Notas sobre el grito de Holloway.** Disponível em <http://www.herramienta.com.ar/print.php?sid=80>. Acessado em 24/8/2003.

²⁴ ROMEVA i RUEDA, op. cit., p.47.